

**HABEAS CORPUS Nº 492.770 - PR (2019/0038757-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : ANTONIO CELSO GALDINO FRAGA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOÃO PAULO BRAGHETTE ROCHA - SP303619**  
**LARISSA CARREGOSA DE CARVALHO SANTANA -**  
**BA054872**  
**ANTONIO CELSO GALDINO FRAGA - SP0131677**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS (PRESO)**

**DECISÃO**

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de 1º grau, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator